

## VLI OPERAÇÕES PORTUÁRIAS S.A.

CNPJ Nº 12.963.928/0001-50



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da VLI Operações Portuárias S.A., em cumprimento as suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e estatutários vigentes, apresenta a V.Sas. as Demonstrações Contábeis acompanhadas das respectivas notas explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013. Belo Horizonte, 09 de abril de 2014. A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de Reais			
	Notas	31/12/2013	31/12/2012
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.114	37.186
Contas a receber de clientes	6	3.149	3.176
Partes relacionadas	22	1.582	1.389
Tributos a recuperar	7	1.973	304
Dividendos a receber	8	1.921	
Demais contas a receber		219	
		<u>16.958</u>	<u>42.055</u>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC		10.000	10.000
Investimentos	9	<u>282.226</u>	<u>2</u>
		<u>292.226</u>	<u>10.002</u>
		<u>309.184</u>	<u>52.057</u>
<b>Total do ativo</b>			
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	10	5.235	3.704
Partes relacionadas	22	125.594	31.778
Obrigações fiscais	11	956	1.369
Obrigações sociais	12	4.386	
Dividendos propostos	13	3.390	2.758
Outros passivos		<u>3</u>	<u>1</u>
		<u>139.564</u>	<u>39.610</u>
<b>Não circulante</b>			
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	14	<u>5.045</u>	<u>5.045</u>
		<u>5.045</u>	<u>5.045</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		145.200	200
Reservas de lucros		17.373	7.202
Ajustes de avaliação patrimonial		<u>2.002</u>	<u></u>
		<u>164.575</u>	<u>7.402</u>
		<u>309.184</u>	<u>52.057</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>			
		<u>309.184</u>	<u>52.057</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Em milhares reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 - Contexto operacional:** A VLI Operações Portuárias S.A. (doravante denominada "VOP", "Companhia") foi constituída em 11 de outubro de 2010, com sede na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, tendo iniciado suas atividades operacionais em janeiro de 2012. É controlada pela VLI S.A., tendo por objeto social: (i) construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros, de uso privativo, misto ou público, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias destinadas ou provenientes de transporte aquaviário e também provendo serviços de apoio a navios na área do porto; (ii) explorar, com embarcações próprias ou alheias, o comércio marítimo de longo curso, cabotagem e fluvial no transporte de cargas em geral, inclusive navegação de apoio portuário; (iii) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não; (iv) prestação de serviços de transporte integrado de carga através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM; e (v) execução de quaisquer atividades fins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas anteriormente, além de outras que utilizem como base a nossa estrutura, podendo, ainda, participar do capital de outras empresas. Em agosto de 2013 a Companhia adquiriu 51% de participação na TUF Empreendimentos e Participações S/A, que detém uma participação de 99,99% na Ultrafertil S/A que passou a ser uma controlada indireta.

**2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia, as quais serão submetidas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

**3 - Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. **a) Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 4. **Demonstrações contábeis consolidadas:** A Companhia não apresenta suas demonstrações contábeis de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Operações Portuárias S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Operações S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs/IFRS, com vigência a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor. **d) Ativos financeiros:** Classificação e mensuração: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de impairment, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada. **e) Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são registradas inicialmente a valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"). A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, com base em dados históricos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por não serem relevantes. **f) Investimentos em controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de mais da metade dos direitos de voto (capital votante). A existência e o efeito de possível direito a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. Nas demonstrações contábeis individuais os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia. **g) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações,

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais, exceto lucro por ação			
	Notas	2013	2012
Receita de serviços vendidos	16	96.338	90.043
Custo dos serviços vendidos	17	(63.258)	(59.803)
<b>Lucro bruto</b>		<b>33.080</b>	<b>30.240</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Gerais e administrativas	18 (a)	(25.926)	(14.505)
Outras (despesas) receitas, líquidas		248	(1)
Resultado de participações societárias em controladas	9	8.087	
		<u>(17.591)</u>	<u>(14.506)</u>
<b>Lucro operacional das operações continuadas</b>		<b>15.489</b>	<b>15.734</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	19	22	1.811
Receitas financeiras		(2.709)	(19)
Receitas financeiras com variação monetária/cambial		2.660	1.830
		<u>71</u>	<u></u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>15.511</b>	<b>17.545</b>
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.950)	(5.934)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>13.561</b>	<b>11.611</b>
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas (expresso em RS por lote de mil ações - Nota 15 (d))		11.50	58.06

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais

	2013	2012
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>13.561</b>	<b>11.611</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente</b>		
Planos de pensão das investidas	2.002	
	<u>2.002</u>	<u></u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.002</b>	<b></b>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>15.563</b>	<b>11.611</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Em milhares de Reais

	Reservas de Lucro		Ajustes de avaliação (Prejuízos)	Lucros	
	Capital social	Reserva de retenção de lucros		acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>200</b>			<b>(1.651)</b>	<b>(1.451)</b>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Lucro líquido do exercício				11.611	11.611
Total do resultado abrangente				11.611	11.611
<b>Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas</b>					
Destinação do lucro líquido do exercício					
Dividendos				(2.758)	(2.758)
Transferência entre reservas		40	7.162	(7.202)	
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas		40	7.162	(9.960)	(2.758)
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>200</b>	<b>40</b>	<b>7.162</b>		<b>7.402</b>
<b>Aumento de Capital Social</b>					
Aumento de Capital Social	145.000				145.000
<b>Resultado abrangente do exercício</b>					
Lucro líquido do exercício				13.561	13.561
Planos de pensão de investidas			2.002		2.002
Total do resultado abrangente	145.000		2.002	13.561	160.563
<b>Contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas</b>					
Destinação do lucro líquido do exercício					
Reserva Legal		678		(678)	
Dividendos				(3.390)	(3.390)
Transferência entre reservas			9.493	(9.493)	
Total de contribuição de acionistas e distribuição aos acionistas		678	9.493	(13.561)	(3.390)
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>145.200</b>	<b>718</b>	<b>16.655</b>	<b>2.002</b>	<b>164.575</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos. **h) Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **i) Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos. **Receitas de serviços:** A receita de serviços somente é reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que: 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. **Receitas financeiras:** A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. **j) Dividendos:** Aos acionistas da Companhia será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76. Os titulares de ações preferenciais, caso existam, terão prioridade no recebimento dos dividendos a serem distribuídos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações contábeis com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **k) Moeda Funcional:** As transações realizadas nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia é a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real. **l) Apresentação de informações por segmentos:** Conforme descrito na Nota 21, a Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia. **m) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). IFRIC 21 - "Taxas" - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014; IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - a ser definida a data para aplicação. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Companhia. **4 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As transações envolvendo estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas. As

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais			
	2013	2012	
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>			
Lucro líquido do exercício	13.561	11.611	
<b>Ajustes:</b>			
Resultado de participações societárias em controladas		(8.087)	
Receitas (despesas) com variação monetária e cambial		(71)	
Despesas financeiras		2.063	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2	
		<u>7.468</u>	<u>11.611</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
Contas a receber - empresas ligadas		(193)	(11.389)
Contas a receber - Terceiros		25	(3.176)
Tributos a recuperar		(1.598)	(6.238)
Outros ativos		(219)	2
Fornecedores - Empresas ligadas		19.180	30.094
Fornecedores - Terceiros		1.531	3.705
Obrigações fiscais e sociais		3.973	7.303
Outros passivos		2	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>30.169</b>	<b>31.912</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de participação societária	(274.056)		(1)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(274.056)</b>		<b>(1)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Adiantamentos para futuro aumento de capital			5.045
Aumento de Capital		145.000	
Empréstimo-Vale		72.573	
Dividendos pagos		(2.758)	
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>214.815</b>	<b>5.045</b>	
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido</b>	<b>(29.072)</b>	<b>36.956</b>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.186	230
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.114	37.186

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de Reais

	2013	2012
<b>Receitas</b>		
Receita bruta de serviços	112.520	105.089
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(2)	
Outras receitas	246	1
	<u>112.764</u>	<u>105.090</u>
<b>Menos: Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Custos dos serviços prestados	(43.609)	(44.198)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(26.726)	(25.123)
Outros	(293)	(358)
	<u>(70.628)</u>	<u>(69.679)</u>
<b>Valor adicionado bruto produzido pela entidade</b>	<b>42.136</b>	<b>35.411</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	8.087	
Receitas financeiras	2.732	1.830
	<u>10.819</u>	<u>1.830</u>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>52.955</b>	<b>37.241</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>Pessoal e encargos</b>		
Remuneração Direta	11.025	
Benefícios	2.706	
F.G.T.S.	696	
Outros Gastos com pessoal	<u>133</u>	<u></u>
	<u>14.560</u>	<u></u>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>		
Federais	15.015	17.713
Estaduais	1.389	2.570
Municipais	<u>5.720</u>	<u>5.328</u>
	<u>22.124</u>	<u>25.611</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>		
Juros	2.710	19
	<u>2.710</u>	<u>19</u>
<b>Remuneração de capital próprio</b>		
Dividendos propostos	3.390	2.758
Reinvestido	<u>10.171</u>	<u>8.853</u>
	<u>13.561</u>	<u>11.611</u>
<b>Valor adicionado distribuído</b>	<b>52.955</b>	<b>37.241</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos nos próximos exercícios sociais estão contempladas a seguir: I. Benefícios de plano de previdência privada de controladas - O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A controlada determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. II. Redução do valor recuperável de ativos - A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "impairment", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "impairment".

**5 - Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	133	15
Aplicações financeiras	<u>7.981</u>	<u>37.171</u>
	<u>8.114</u>	<u>37.186</u>
<b>6 - Contas a receber de clientes</b>		
Contas a receber de clientes	3.151	3.176
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	(2)	
	<u>3.149</u>	<u>3.176</u>

As análises de vencimentos dessas contas a receber estão apresentadas abaixo:

	31/12/2013	31/12/2
--	------------	---------